

2019 RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2º Trimestre



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - RS

C O M P O S I Ç Ã O

Conselheiro IRADIR PIETROSKI

Presidente

Conselheiro ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER

1º Vice-Presidente

Conselheiro CEZAR MIOLA

2º Vice-Presidente

Conselheiro ALEXANDRE POSTAL

Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro ALGIR LORENZON

Presidente da 2ª Câmara

Conselheiro MARCO ANTONIO LOPES PEIXOTO

Corregedor-Geral

Conselheiro PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO

Ouvidor

GERALDO COSTA DA CAMINO

Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

DANIELA WENDT TONIAZZO

ÂNGELO GRABIN BORGHETTI

FERNANDA ISMAEL

Adjuntos de Procurador

HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI

CESAR VITERBO MATOS SANTOLIM

ALEXANDRE MARIOTTI

RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO

DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA

ANA CRISTINA MORAES WARPECHOWSKI

LETÍCIA AYRES RAMOS

Conselheiros Substitutos

TATIANA ZAMBIASI OLSSON

Chefe de Gabinete da Presidência

SANDRO CORREIA DE BORBA

Diretor-Geral

CLAUDIO ROBERTO KOSKODAN DAS CHAGAS

Diretor de Controle e Fiscalização

JOSÉ ALAOR SILVEIRA

Diretor Administrativo



S U M Á R I O

1 – Considerações Iniciais

2 – Presidência

2.1 - Audiências concedidas pelo Presidente

2.2 - Reuniões Administrativas, Técnicas e Eventos

2.3 - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

3 – Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

3.1 - Processos relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

4 – Conselheiros Substitutos

5 – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

6 – Corregedoria-Geral

7 – Ouvidoria

8 – Direção-Geral

8.1 - Gabinete

8.2 - Consultoria Técnica

9 – Direção Administrativa

9.1 - Assessoria Administrativa

10 – Atividades de Controle Externo

Direção de Controle e Fiscalização

10.1 - Assessoria Técnica

10.2 - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo

10.3 - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações - SAPI

10.4 - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

10.5 - Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM

10.6 - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

10.7 - Supervisão de Serviços Processuais – SSP



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO 2º TRIMESTRE DE 2019

1 – Considerações Iniciais

Tenho a honra de apresentar a este egrégio Plenário o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao 2º trimestre do exercício de 2019, peça a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, e que foi elaborada em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição Federal; no artigo 72 da Carta Magna Estadual; e no artigo 27, inciso XIII, da Lei Estadual nº 11.424, de 06 de janeiro de 2000 - Lei Orgânica do TCE-RS, combinado com o artigo 17, inciso XXIII, do Regimento Interno, diploma aprovado pela Resolução nº 1.028/2015.

Seguindo as diretrizes traçadas pela Presidência da Casa, os resultados obtidos no 2º trimestre de 2019 estão retratados no presente Relatório de Atividades.

2 – Presidência

2.1 – Audiências concedidas pelo Presidente

No decorrer do trimestre, o Senhor Conselheiro-Presidente concedeu 41 audiências a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, conforme segue:

Audiências	Número
Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado e Autoridades Estaduais	16
Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais	08
Presidentes e ex-Presidentes de Câmaras, Vereadores e Autoridades Municipais	05
Outros	12
Total	41

2.2 – Reuniões Técnicas

A Presidência promoveu quatro Encontros de Trabalho Administrativo com os Senhores Conselheiros, Conselheiros Substitutos e com o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.



Foram realizadas, também, cinco reuniões técnicas com a Coordenação-Geral, integrada pelos Senhores Diretores, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico da Presidência, visando ao debate de questões operacionais e administrativas do Tribunal de Contas.

2.3 – Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, órgão de educação corporativa do Tribunal de Contas do Estado, no exercício das atribuições definidas pela Lei Estadual nº 11.935, de 24 de junho de 2003, desenvolveu as seguintes ações de educação no trimestre:

Quantidade	Ações de Educação - Público Interno	Participações
70	Técnicos e Estagiários	324
Quantidade	Ações de Educação - Público Externo	Participações
26	Jurisdicionados	663
21	Sociedade	214
10	Ações de Cooperação	1.030
57	Subtotal	1.907
127	Total	2.231
Cursos Livres à Distância oferecidos de forma permanente	Cursos de livre acesso – Públicos Interno e Externo	Pessoas que acessaram os Cursos
--	Técnicos, Jurisdicionados e Sociedade	--

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo GRH0036, e Moodle do TCERS.

3 – Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

Compete à Secretaria das Sessões acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:



Órgão	Sessões	Tipo de Sessão	Processos
1ª Câmara	13	Ordinária	383
2ª Câmara	12	Ordinária	306
1ª Câmara Especial	06	Ordinária	73
2ª Câmara Especial	07	Ordinária	96
Câmaras Especiais Reunidas	--	--	--
Tribunal Pleno	12	Ordinária	218
	05	Administrativa	13
	01	Sessão Especial/Extraordinária	01
TOTAL DE PROCESSOS APRECIADOS			1.090
Suspensões de julgamento e solicitações de vista			92
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS			998
PARECERES EMITIDOS			
Parecer Favorável			144
Parecer Favorável (Reversão de Parecer Desfavorável)			--
Parecer Desfavorável (Reversão de Parecer Favorável)			--
Parecer Desfavorável			4
Parecer Favorável/Desfavorável (Ordenadores distintos)			4
JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CONTAS DE GESTÃO			
Julgamento pela Regularidade de Contas			163
Julgamento pela Regularidade de Contas, com ressalvas			195
Julgamento pela Irregularidade de Contas			11

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos DEC1050 e DEC1115.

3.1 – Processos Relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

Os quadros a seguir contêm dados estatísticos sobre os processos relatados pelos Senhores Conselheiros e Conselheiros Substitutos, no decorrer do trimestre.



PROCESSOS RELATADOS NO TRIBUNAL PLENO															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
TRIBUNAL PLENO	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
Administrativo	--	--	--	5	--	4	--	--	--	--	--	--	--	--	09
Agravo	--	--	--	--	--	2	--	--	--	--	--	--	--	--	02
Análise da evolução patrimonial de agente público	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Auditoria de admissão	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
Auditoria de atos derivados de pessoal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Auditoria operacional	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	01
Consulta	2	--	--	--	--	1	1	--	--	--	--	--	--	--	04
Embargos de declaração	--	1	1	--	1	2	2	--	--	--	--	2	--	--	09
Apreciação de atos de inativação, reforma e pensão	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
Complementação de Proventos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Infração administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Inspeção especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Inspeção extraordinária	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Matéria administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
MPC – Representação	--	--	1	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	02
Pedido de orientação técnica	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Pedido de revisão	--	1	--	--	1	4	3	--	--	--	--	1	--	1	11
Prestação de contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Prestação de contas – gestão fiscal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de contas de governo	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	01
Processo de contas de gestão	1	1	--	--	1	2	4	--	1	--	--	--	1	--	11
Proposta de súmula	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Recurso de embargos	14	8	12	--	17	16	25	1	7	--	1	--	2	5	108
Recurso de reconsideração	1	3	1	--	--	4	1	--	--	--	--	1	--	--	11
Solicitação de vista	3	5	7	--	6	8	4	1	1	1	--	3	1	2	42
Suspensão de julgamento	3	2	1	--	4	5	1	1	--	--	--	--	--	--	17
Tomada de contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de contas especial	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
Uniformização de jurisprudência	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Denúncia	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
TOTAL TRIBUNAL PLENO	25	23	24	05	30	49	43	03	09	01	01	07	04	08	232

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
1ª CÂMARA	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	--	--	--	--	17	29	31	--	7	--	--	--	--	3	87
Admissão	--	--	--	--	38	13	18	--	1	--	--	--	--	--	70
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Prestação de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Agravo	--	--	--	--	3	--	1	--	--	--	--	--	--	--	04
Infração Administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Inspeção Especial	--	--	--	--	6	1	4	--	1	--	--	--	--	--	12
Inspeção Extraordinária	--	--	--	--	--	1	1	--	--	--	--	--	--	--	02
Tomada de Contas Especial	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
Atos Derivados de Pessoal	--	--	--	--	2	3	4	--	--	--	--	--	--	--	09
Auditoria Operacional	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Embargos de Declaração	--	--	--	--	--	--	3	--	--	--	--	--	--	--	03
Retificação de Certidão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de Contas	--	--	--	--	1	--	2	--	--	--	--	--	--	--	03
Processo de Contas de Governo	--	--	--	--	28	27	31	--	4	--	--	--	--	--	90
Processo de Contas de Gestão	--	--	--	--	25	18	17	--	3	--	1	--	--	3	67
Representação do MPC	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	01
Denúncia	--	--	--	--	2	3	7	--	1	--	--	--	--	--	13
Transferência para a Reserva	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	01
Solicitação de Vista	--	--	--	--	3	8	3	--	3	--	--	--	--	2	19
Suspensão de Julgamento	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	01
TOTAL 1ª CÂMARA	--	--	--	--	126	103	125	--	20	--	1	--	--	8	383

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	11	20	17	--	--	--	--	3	--	--	1	3	--	3	58
Admissão	16	11	15	--	--	--	--	3	--	--	2	--	2	7	56
Auditoria Ordinária	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Prestação de Contas	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
Agravo	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	02
Embargos de Declaração	--	2	1	--	--	--	--	2	--	--	--	--	--	--	05
Infração Administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Medida Cautelar	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Atos Derivados de Pessoal	2	2	4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	2	11
Inspeção Especial	3	2	2	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	1	09
Inspeção Extraordinária	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
Processo de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de Contas de Governo	19	16	19	--	--	--	--	4	--	--	2	--	--	--	60
Processo de Contas de Gestão	16	24	23	--	--	--	--	6	--	--	5	--	--	8	82
Retificação de Certidão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas Especial	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	02
Representação	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Representação do MPC	--	3	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	04
Transferência para a Reserva	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Revisão de Proventos	1	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	03
Denúncia	2	1	--	--	--	--	--	--	--	1	1	--	--	--	05
Solicitação de Vista	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	02
Suspensão de Julgamento	1	1	3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	05
TOTAL 2ª CÂMARA	74	87	86	--	--	--	--	19	--	01	12	03	03	21	306

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS ESPECIAIS															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
1ª CÂMARA ESPECIAL															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Admissão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Agravo	--	--	--	--	--	--	--	3	--	--	--	--	--	--	03
Processo de Contas de Gestão	--	--	--	--	--	--	--	15	--	--	--	--	22	27	64
Denúncia	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	01
Inspeção Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	01
Inspeção Extraordinária	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Representação do MPC	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Infração Administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Embargos de Declaração	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	01
Solicitação de Vista	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	2	--	03
Suspensão de Julgamento	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL 1ª CÂMARA ESPECIAL	--	--	--	--	--	--	--	19	--	--	--	--	26	28	73
2ª CÂMARA ESPECIAL															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	01
Processo de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de Contas de Gestão	--	--	--	--	--	--	--	--	31	1	30	25	--	--	87
Denúncia	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	01
Auditoria de Admissão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Embargos de Declaração	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	01
Tomada de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	01
Agravo	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Infração Administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Inspeção Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2	--	--	02
Inspeção Extraordinária	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Representação do MPC	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Solicitação de Vista	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	2	--	--	03
Suspensão de Julgamento	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL 2ª CÂMARA ESPECIAL	--	--	--	--	--	--	--	--	34	1	31	30	--	--	96

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



Conselheiros: AL. Algir Lorenzon CM. Cezar Miola MP. Marco Antonio Lopes Peixoto IP. Iradir Pietroski AP. Alexandre Postal EX. Estilac Martins Rodrigues Xavier PF. Pedro Henrique Poli de Figueiredo	Conselheiros Substitutos: HP. Heloisa Tripoli Goulart Piccinini AM. Alexandre Mariotti RA. Renato Luís Bordin de Azeredo DZ. Daniela Zago Gonçalves de Cunda AW. Ana Cristina Warpechowski LR. Letícia Ayres Ramos RL Roberto Debacco Loureiro
---	--

4 – Conselheiros Substitutos

Os Conselheiros Substitutos, no exercício de suas competências, desenvolveram as seguintes atividades no trimestre:

Participações nas Sessões	
Tribunal Pleno	79
1ª Câmara	25
2ª Câmara	25
Primeira Câmara Especial	18
Segunda Câmara Especial	22

Fonte: X:\AudSubst\SEC\priv\Controles\Relatorios\Mensais\2019.

Substituições a Conselheiros nos Gabinetes		
Conselheiro Substituto	Conselheiro	Período
Alexandre Mariotti	Alexandre Postal	1º a 05/04
	Estilac Xavier	07 a 21/05, 27 e 28/06
	Cezar Miola	13 e 14/06
Ana Cristina Moraes Warpechowski	Algir Lorenzon	22 a 30/04, 1º a 03/05
	Cezar Miola	31/05
	Estilac Xavier	13 e 14/06
Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Estilac Xavier	23, 25 e 26/04
	Cezar Miola	03 a 07/06
	Algir Lorenzon	23 a 27/06
Heloisa Tripoli Goulart Piccinini	Cezar Miola	22 a 30/04, 1º a 03/05 e 24 a 27/06
	Algir Lorenzon	03 a 05/06



Substituições a Conselheiros nos Gabinetes		
Conselheiro Substituto	Conselheiro	Período
Letícia Ayres Ramos	Cezar Miola	12/04
	Marco Peixoto	02 e 03/05 e 24 a 26/06
	Alexandre Postal	10 a 14/06
Renato Luís Bordin de Azeredo	Cezar Miola	10/04
	Estilac Xavier	06 e 07/06
Roberto Debacco Loureiro	Marco Peixoto	25 e 26/05
	Cezar Miola	08 a 10/05, 18 e 19/06
	Estilac Xavier	22 a 29/05
	Algir Lorenzon	06 a 10/06

Fonte: X:\AudSubst\SEC\priv\Controles\Relatorios\Mensais\2019.

5 – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, desenvolveu as seguintes atividades no trimestre:

PROCURADOR E ADJUNTOS DE PROCURADOR	
Participação nas Sessões do Tribunal Pleno e Câmaras	
Tribunal Pleno	
Ordinárias	12
Extraordinárias/Especiais	01
Câmaras Especiais Reunidas – 1ª Câmara – 2ª Câmara	38
Participação nas Sessões Administrativas	07

Atividade processual	
Pareceres emitidos	4.716
Promoções exaradas	173
Representações encaminhadas à Presidência	7
Encaminhamento de matéria ao Ministério Público	-
Recursos interpostos pelo MPC	2
Informações Técnicas	44
Total	4.942



6 – Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral, responsável pela correição permanente dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 20 do RITCE, no decorrer do período, promoveu a execução do *Plano Anual de Correições Ordinárias – 2019*, mediante a realização, *in loco*, de Correição Ordinária junto ao Serviço Regional de Auditoria de Pelotas – SRPL, emitiu os *Relatórios Conclusivos* referentes às Correições Ordinárias realizadas na Supervisão de Serviços Processuais – SSP (COR N° 01/2016) e na Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI (COR N° 02/2016). Emitiu, ainda, o *Relatório de Acompanhamento N° 03*, relativo ao processo correicional realizado junto à Supervisão de Informática – SINFI (COR N° 5/2016). Elaboraram-se os relatórios gerenciais referentes ao segundo bimestre de 2019, encaminhados aos Gabinetes de Conselheiros e Conselheiros Substitutos, discriminando, respectivamente, as suas cargas de processos. Analisaram-se, ainda, no período, DOCs encaminhados à ACG, acerca de temáticas pertinentes às suas competências, bem como se expediram Certidões ACG n° 04/2019, 05/2019 e 06/2019, referentes à submissão de servidores do TCE a processos de sindicância ou administrativos disciplinares.

O quadro abaixo demonstra o acervo de processos registrado junto aos Gabinetes e supervisões técnicas no primeiro e último dia do trimestre compreendido entre 1° de abril a 30 de junho de 2019:

ESTOQUE DE PROCESSOS	01/abr	30/jun
Gabinete da Presidência (*)	363	385
Gabinete do Conselheiro Alexandre Postal	107	111
Gabinete do Conselheiro Algir Lorenzon	276	223
Gabinete do Conselheiro Cezar Miola	162	134
Gabinete do Conselheiro Estilac Xavier	155	151
Gabinete do Conselheiro Marco Peixoto	116	90
Gabinete do Conselheiro Pedro Figueiredo	146	124
Gabinete do Conselheiro Substituto Alexandre Mariotti	16	19
Gabinete da Conselheira Substituta Ana Warpechowski	31	32
Gabinete da Conselheira Substituta Daniela Zago	16	27
Gabinete da Conselheira Substituta Heloisa Piccinini	19	27
Gabinete da Conselheira Substituta Letícia Ramos	24	40



ESTOQUE DE PROCESSOS	01/abr	30/jun
Gabinete do Conselheiro Substituto Renato Azeredo	5	10
Gabinete do Conselheiro Substituto Roberto Debacco Loureiro	10	31
Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI	18.209	19.752
Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais – SAICE	271	237
Supervisão de Auditoria Municipal – SAM	1.973	1.427
Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM	1.992	2.109
Supervisão de Serviços Processuais – SSP (**)	17.618	16.750
Secretaria das Sessões - SS	185	197
TOTAL	41.694	41.876

Fonte: Sistemas Corporativos – *Módulo CIP0085 (Seleção por Supervisão)*. Dados coletados em 02/07/2019.

Notas: (*) Dos processos indicados para o Gabinete da Presidência, 286 (de 363) e 293 (de 385), registrados, respectivamente, nas datas de 01/04 e 30/06/2019, referem-se a processos administrativos de acompanhamento de ações judiciais de interesse do TCE;

(**) SSP: calculado mediante exclusão do SEARQ (com exceção aos processos nas situações *sobrestado e remetidos à origem*).

7 – Ouvidoria

A Ouvidoria recebeu **2.233** demandas no 2º trimestre de 2019. Desse total, **72,46 %** já foram **concluídas**, totalizando **1.618** demandas, conforme distribuição no quadro abaixo:

Situação	Número
Reclamação	71
Sugestão	18
Elogio	--
Denúncia	2.144
Total de Demandas registradas	2.233
Arquivada pela Ouvidoria (criticidade e/ou relevância)	1.215
Arquivada - Respondida pela UCCI	114
Arquivada - Apontada em Relatório de Auditoria	12
Arquivada – Não apontada em Relatório de Auditoria	64
Arquivada - Faltaram informações complementares	20
Arquivada - Matéria já cadastrada	01
Arquivada - Não confirmada pela UCCI	11
Arquivada – Instaurada Inspeção	03



Situação	Número
Arquivada - Falha sanada pelo administrador	05
Arquivado- incluído em item a auditar	26
Arquivado- DOC não aproveitado	01
Arquivada- Autuado processo de DENÚNCIA	01
Arquivada- Acautelatória Deferida	01
Aguardando manifestação da UCCI (COI)	105
Demandas já auditadas	39
Total de Demandas Concluídas	1.618

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DOC0099 – em 04/07/2019.

Durante o respectivo trimestre nenhuma demanda ultrapassou o prazo inicial de 30 dias para a emissão da resposta conclusiva, nos termos da Lei Federal 13.460/2017, conforme acompanhamento diário mediante o módulo DOC 0099.

O Portal TCE-RS foi o meio mais utilizado para encaminhamento das denúncias, com 99,16% do total. As denúncias que se referem à área de pessoal (37,82%) e licitações (12,62 %) foram os temas que concentraram a maior frequência nesse segundo trimestre. Em face da alteração da sistemática de registro das demandas e da adaptação do sistema de TI, efetuadas em 1º/06/2018, houve registro de apenas cinco avaliações dos usuários nesse trimestre, representando 80% de satisfação positiva dos usuários, sendo 53,33 % no conceito ÓTIMO, 6,67% no conceito MUITO BOM e 20% no conceito BOM.

8 – Direção-Geral

8.1 – Gabinete

Na Direção-Geral tramitam os processos relativos aos termos de cooperação e ajustes análogos celebrados pelo Tribunal de Contas do Estado com instituições públicas e privadas, os quais alcançaram o número de sete expedientes no trimestre, sendo seis termos de cooperação e um aditivo a termo de cooperação.

No decorrer do trimestre, o Senhor Diretor-Geral concedeu 14 audiências e reuniões a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, bem como dirigentes do TCE-RS.



8.2 – Assessoria da Direção-Geral

Compete à Assessoria da Direção-Geral, dentre outras atribuições, a elaboração de minutas de projetos de instrução normativa, projetos de resolução e projetos de lei. No trimestre, foram preparadas quatro minutas de instruções normativas, bem como participou-se de diversos grupos de trabalho e comissões constituídas no âmbito do Tribunal, dentre elas a que trata do projeto estratégico “Implantação da Matriz de Responsabilização no TCE” e “Repriorização de Processos, Atividades e Estruturas da Direção de Controle e Fiscalização”.

No período, a Assessoria da Direção-Geral manteve, também, a interlocução com órgãos e entidades no âmbito de convênios e acordos de cooperação, bem como a representação do TCE-RS na Comissão Central do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), projeto da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) 2018-2019, do Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo do Instituto Rui Barbosa (IRB), bem como realizando a representação técnica da Atricon na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem do Dinheiro (Enccla).

8.3 – Lei de Acesso à Informação

Compete ao Diretor-Geral, em primeira instância, analisar e deferir pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011). Nesse sentido, vale registrar que as normativas que regulamentam a matéria no âmbito interno são as Resoluções nº 1.016, de 15/09/2014, e 1.046, de 05/08/2015, bem como a Instrução Normativa nº 10, de 01/12/2017.

Durante o trimestre foram desenvolvidas as seguintes atividades relativas ao atendimento de pedidos formulados com base na Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011:

TOTAL DE PEDIDOS RECEBIDOS COM BASE NA LAI	
Número de pedidos recebidos*	70
Pedidos em que o acesso foi deferido	63
Pedidos em que o acesso foi parcialmente deferido	01
Pedidos em que o acesso foi indeferido	03
Pedidos em que houve desistência do solicitante	--
Em análise**	02
Aguardando informações complementares	--
Número de recursos recebidos	01

*Contabilizada a interposição de 01 (um) recurso. **Dentro do prazo legal.

Fonte: Portal do TCE-RS (www.tce.rs.gov.br). Transparência e Acesso à informação > Números da LAI.



TIPOS DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS	
Consultas	02
Dados de jurisdicionados	03
Dados disponíveis em outros órgãos	01
Dados internos	10
Dados sobre denúncias	04
Processos de fiscalização	32
Concursos do TCE/RS	01
Concursos de jurisdicionados	--
Outros	17

Fonte: Portal do TCE-RS (www.tce.rs.gov.br). Transparência e Acesso à informação > Números da LAI.

TIPOS DE SOLICITANTES	
Advogado	06
Agente Político	08
Estudante	08
Jornalista	04
Membro do Controle Interno	--
Não informado	09
Outros	20
Representante de Instituição	02
Servidor Público	13

Fonte: Portal do TCE-RS (www.tce.rs.gov.br). Transparência e Acesso à informação > Números da LAI.

8.4 – Consultoria Técnica

Informações e Pareceres por escrito:

Saldo em 01/04/2019	13
Expedientes recebidos	64
Expedientes expedidos	62
Saldo em 30/06/2019	15

Fonte: X:\DG\CT\sec\Relatórios; e controles internos.



Consultas Diversas

Tipo	Número
Consultas realizadas por telefone por entes jurisdicionados	276
Consultas realizadas por telefone por entes não jurisdicionados	30
Consultas realizadas pessoalmente por entes jurisdicionados	51
Consultas realizadas pessoalmente por entes não jurisdicionados	04
Consultas realizadas por setores do TCE	28
Consultas efetuadas por escrito com resposta expedida (Triagens)	04
Processo (Informação)	04
Pareceres CT (Individuais e Coletivos)	03
Pareceres jurídicos (em licitação/contratos)	54
Demandas oriundas do sítio institucional do TCE na Internet – Fale Conosco	142
Consultas por e-mail	--
Notas técnicas	02
Demandas da Ouvidoria	--
Atendimento a Regionais	27
Total	625

Fonte: X:\DG\CT\sec\Relatórios; e, controles internos.

Demais Atividades Desenvolvidas pela Consultoria Técnica:

1. Assessoramentos previstos no PG-TCE-0003, bem como na Resolução nº 1.028/2015 – Regimento Interno do TCE/RS.
2. Atualização e consolidação de indicadores econômicos.
3. Acompanhamento da legislação federal e da estadual atinente aos assuntos de interesse do Tribunal de Contas, em especial quanto às matérias tratadas na Consultoria.
4. Análise e seleção das informações da Consultoria Técnica aprovadas pelo Tribunal Pleno, com o propósito de manter atualizada a base informativa disponibilizada no sítio institucional do TCE-RS na Internet, no espaço da Consultoria Técnica.
5. Alimentação e atualização das informações geradas, tratadas e mantidas na *homepage*, acessada por meio do endereço eletrônico www.tce.rs.gov.br, nos termos da Instrução Normativa nº 11/2004.



6. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim da Consultoria, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais.

7. Realização de estudos técnicos e participação em eventos promovidos pelo TCE-RS e por outras instituições.

9 – Direção Administrativa

A Direção Administrativa é responsável pela articulação de todas as atividades pertinentes à área administrativa e sua atuação se dá em estreita colaboração com a Direção-Geral e com a Direção de Controle e Fiscalização.

9.1 – Assessoria Administrativa

Em consonância com o Padrão Gerencial PG-DA 005, foram desenvolvidas as seguintes atividades no trimestre:

Descrição	Número
Informações Técnicas	20
Projetos de Instrução Normativa	01
Projetos de Instrução Normativa oriundos da Direção Administrativa	--
Projetos de Resolução	05
Projetos de Resolução oriundos da Direção Administrativa	--
Projetos de Lei	--
Projetos de Lei oriundos da Direção Administrativa	--
Ofícios DA-GAB	13
Despachos DA-GAB *	215
Demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/11	--
Demandas oriundas de reclamações trabalhistas	--
Participação em comissões/grupos de trabalho	07
Participação em reuniões/palestras/cursos	25
Circulares da Coordenação-Geral	01
Circulares da Direção Administrativa	01
Informações da Coordenação-Geral	--
Processos Administrativos Incluídos no SEI**	31
Total	319

Fonte: X:\DA\ADM\priv\Rel. Trim. Ativ. DA\2019\2º trimestre; controles internos; e sistema.

* Somente processos físicos; despachos elaborados no SEI não são computados. ** Em conjunto com a Comissão Gestora do SEI.



10 – Atividades de Controle Externo: Direção de Controle e Fiscalização

Compete à Direção de Controle e Fiscalização articular as múltiplas atividades desenvolvidas pela Área Técnica, compreendendo a Assessoria Técnica (AT), o Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), a Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações (SAPI), a Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais (SAICE), a Supervisão de Instrução de Contas Municipais (SICM), a Supervisão de Auditoria Municipal (SAM) e a Supervisão de Serviços Processuais (SSP). A seguir, a síntese das principais atividades desenvolvidas no trimestre.

10.1 – Assessoria Técnica (AT)

A Assessoria Técnica é responsável, dentre outras, pelas seguintes atividades: assessorar o Diretor de Controle e Fiscalização na sua esfera de competência; elaborar estudos e informações envolvendo matérias afetas ao controle externo e de interesse do Tribunal de Contas; participar de auditorias e de inspeções por solicitação do Diretor de Controle e Fiscalização; promover a integração dos órgãos e unidades da DCF e, no que couber, com outros órgãos; participar de grupos de trabalho e comissões constituídos no âmbito da DCF e, por deliberação superior, com as demais unidades do Tribunal; propor Projetos de Resolução e de Instrução Normativa para matérias afetas ao controle externo e à respectiva área de atuação; e gerenciar sistemas de controle externo e projetos estratégicos.

No 2º trimestre de 2019, a Assessoria Técnica apoiou no encaminhamento e análise técnica de diversos processos e auditorias que tramitaram pela Direção, especificamente tendo produzido 22 informações sobre matérias diversas de controle externo.

Além disso, a Assessoria Técnica trabalhou no apoio às Supervisões da DCF na revisão, para fins de atualização, das Resoluções nº 1.049/2015 e nos projetos das novas resoluções e instruções normativas para exames de atos de admissão, além do trabalho em conjunto com a SOF para revisão da Resolução nº 1.079/2017 e futura instrução normativa respectiva. Também esteve envolvida ativamente nos projetos estratégicos e grupos de trabalho acerca da “Responsabilização de Agentes Públicos”, “Repriorização das Ações da DCF” e “Tomadas de Contas Especiais”.



10.2 – Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX)

O Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), órgão integrante da Direção de Controle e Fiscalização, conforme Resolução nº 1.021/2014, tem por objetivo impulsionar a utilização da tecnologia da informação como elemento auxiliar aos Serviços de Auditoria, de forma a tornar dinâmicas e tempestivas as fiscalizações e os monitoramentos das ações governamentais de seus órgãos e entidades jurisdicionados.

O CGEX, além das diversas iniciativas voltadas à assinatura de termos de cooperação com órgãos e entidades de Estado, vem auxiliando os Serviços de Auditoria no que se refere à utilização de ferramentas de informática que apoiam as auditorias das esferas estadual e municipal. Também realizou verificações, a partir de demandas da Ouvidoria, fornecendo informes para a área técnica, além de desenvolver e dar manutenção ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).

Destacam-se, a seguir, os resultados alcançados com os atendimentos técnicos realizados:

ATENDIMENTOS TÉCNICOS	Número
Atendimentos do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC)	163
Atendimentos a Serviços de Auditoria (subsídios à auditoria)	30
Atendimentos a outros setores da casa (Presidência, Gabinetes de Conselheiros, Direção-Geral, Direção de Controle e Fiscalização e Assessoria Técnica)	28
Atendimentos em apoio à utilização de ferramentas de tecnologia da informação (incluindo BI-Auditoria)	25
Atendimentos e consultas de órgãos parceiros	07
Elaboração de informações (subsídios à auditoria)	12
Atividades de representação (Rede de Controle e Rede InfoContas)	02
Participação em Auditorias e Inspeções	--
Palestras em eventos e treinamentos internos (horas-auditor)	21
Participação em Grupos de Trabalho (grupo x auditor)	12
Total	300

Fonte: Sistema de abertura de chamados e controle internos do setor.

10.3 – Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI

A Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações é composta pelo Serviço de Inativações e Pensões da Área Municipal (SIPAM), Serviço de Inativações e Pensões da Área



Estadual (SIPAE) e pelo Serviço de Admissões Estaduais e Municipais (SAEM).

A SAPI, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:

ASSUNTO	Nº PROCESSOS
Inativações e Pensões	
Inativação	4.416
Transferência para reserva	141
Reforma	36
Complementação de proventos	38
Revisão de proventos	29
Pensão	150
Revisão de pensão	05
Complementação de pensão	--
Outros (ação judicial/procs. outros órgãos/Unif. Jur.)	01
Subtotal	4.816

Auditoria de Admissão e Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	
Subtotal	124
ASSUNTO	Nº PROCESSOS
Recurso de embargos	40
Recurso de reconsideração	--
Embargos declaratórios	--
Agravo regimental	--
Pedido de revisão	--
Subtotal	40
Total de Processos Analisados	4.980

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo CIP0099.

10.4 – Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

A Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais é composta pelos seguintes serviços: Serviços de Auditoria Estadual I, II e III, Serviço de Instrução do Parecer Prévio e Acompanhamento da Gestão Fiscal - SAIPAG e Serviço de Instrução Estadual - SIES.

A SAICE, no exercício das atividades relacionadas com a atividade-fim do Tribunal de Contas do Estado, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:



Assunto	Número
Processo de contas (análise, consolidação e outros) – SIES	42
Inspeção especial/ inspeção extraordinária (análise, consolidação e outros) – SIES	18
Tomada de Contas Especial – SIES	04
Recurso de reconsideração e pedido de revisão – SIES	07
Recurso de reconsideração, contas de governo – SAIPAG	--
Auditorias operacionais, informações – SAIPAG	01
Auditorias de projetos cofinanciados por organismos internacionais – SAIPAG	--
Instruções técnicas de contas de gestão fiscal – SAIPAG	16
Instruções técnicas de contas de governo – SAIPAG	02
Auditorias, inspeções, informações e diligências – SAE – I	35
Auditorias, inspeções, informações e diligências – SAE – II	27
Auditorias, inspeções, informações e diligências – SAE – III	35
Total	187

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos CIP 0108, CIP 0180, AUD0200, AUD0080, CIP0040; e controles internos dos Serviços de Auditoria, p. ex., SIRAC.

10.5 – Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM

A Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM é constituída pelos Serviços de Instrução Municipal I e II e pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão - SAG, tendo desenvolvido as seguintes atividades no trimestre:

Tipo de Processo – Atividade	Número
Relatório Geral de Contas de Gestão Legislativo/Entidades	166
Relatório de Contas de Governo	95
Análise de esclarecimentos de Contas de Governo e Contas de Gestão	406
Instrução técnica de inspeções especiais, de inspeções extraordinárias, de denúncias, de tomada de contas especiais, de infrações administrativas e de representações do ministério público junto ao TCE-RS.	54
Instrução técnica de recursos	35
Instrução técnica de gestão fiscal, de certidões e retificações de certidões.	569
Total	1.325

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos CIP0108 e CIP 0099, Sistema de Gestão (SE Suíte) e controles internos da Supervisão.



10.6 – Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

A Supervisão de Auditoria Municipal é composta pelo Serviço de Auditoria de Porto Alegre, pelos Serviços de Auditoria da Região de Porto Alegre I e II, por nove Serviços Regionais de Auditoria e pelo Serviço de Apoio e Suporte Operacional e Técnico.

Os resultados dos Serviços de Auditoria, relacionados aos Processos de Contas de Gestão, Processos de Auditoria de Admissão, Processos de Auditoria de Atos Administrativos Derivados de Pessoal e Processos de Inspeção Especial e Extraordinária, alcançaram os seguintes resultados no trimestre:

Serviços de Auditoria	Nº de Auditorias
SPA - Serviço de Auditoria de Porto Alegre	--
SRPA I - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre I	4
SRPA II - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre II	--
SRCS - Serv. Reg. de Auditoria de Caxias do Sul	6
SREC - Serv. Reg. de Auditoria de Erechim	41
SRFW - Serv. Reg. de Auditoria de Frederico Westphalen	14
SRPF - Serv. Reg. de Auditoria de Passo Fundo	09
SRPL - Serv. Reg. de Auditoria de Pelotas	11
SRSA - Serv. Reg. de Auditoria de Santo Ângelo	19
SRSC - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Cruz do Sul	11
SRSL - Serv. Reg. de Auditoria de Santana do Livramento	11
SRSM - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Maria	06
Total	132

Fonte: Qlik Sense – Painel das Auditorias (datas início e término, não ano do plano).

Os atendimentos prestados pelo Serviço de Apoio e Suporte Operacional e Técnico - SASOT aos jurisdicionados e aos Serviços Regionais de Auditoria atingiram os seguintes resultados, no trimestre:

Sistemas e Matérias	Atendimentos
LICITACON	--
IEGM	02
RPPS	13
Total	15

Fonte: SAS0140 – Gráfico de Acompanhamento.



Os atendimentos prestados pelos Serviços Regionais de Auditoria aos jurisdicionados atingiram os seguintes resultados, no trimestre:

Serviços Regionais	Atendimentos Técnicos
SRCS	09
SREC	126
SRFW	34
SRPF	51
SRPL	64
SRSA	11
SRSC	47
SRSL	20
SRSM	103
Total	465

Fonte: SAS0140 – Gráfico de Acompanhamento.

10.7 – Supervisão de Serviços Processuais - SSP

A Supervisão de Serviços Processuais tem por objetivo principal a racionalização dos fluxos administrativos, para conferir maior celeridade e eficiência ao trâmite processual, relevante aspecto de apoio operacional prestado aos Magistrados na consecução de suas atividades jurisdicionais. A organização da Supervisão obedece ao critério da etapa da tramitação processual, considerando seu início, meio e fim, sendo composta pelos seguintes serviços: Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC, Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC e o Serviço de Cálculo, Saneamento e Acompanhamento de Decisões - SEADE.

O Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC apresentou, no trimestre, os resultados a seguir.

Atendimentos aos jurisdicionados e demais interessados, prestados pelo Setor de Atendimento Processual - SATE:

Atendimentos			
Telefônicos	Portal (SAS)	Presencial	Total
2.495	621	59	3.175

Fonte: SAS – Administrar.



Movimentações de processos e documentos no âmbito dos setores de Protocolização e Expedição – SPE - e Autuação de Processos - SEAUT:

Atividade	Quantidade
Recebimento e remessa de documentos	1.536
Conferência de protocolos eletrônicos	4.135
Entrada e saída de processos do TCE	1.760
Expedição de correspondências	3.005
Processos cadastrados	4.017
Processos distribuídos e redistribuídos	3.916
Total	18.369

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos CIP, PRO e DPC.

O Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC apresentou, no trimestre, a seguinte movimentação de processos:

Assunto	Nº de Processos
Administrativo	02
Agravo	32
Auditoria de Admissão	925
Auditoria Operacional	04
Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	159
Complementação de Pensão	03
Complementação de Proventos	119
Consulta	01
Contas de Gestão	1.785
Contas de Governo	509
Denúncia	80
Documentos para Tomada de Contas	01
Embargos de Declaração	30
Inativação	17.019
Infração Administrativa	07
Inspeção Especial	158
Inspeção Extraordinária	39
Pedido de Revisão	36
Pensão	571
Prestação de Contas	01



Assunto	Nº de Processos
Processo de Contas - Executivo	15
Processo de Contas - Outros	35
Processo de Outros Órgãos	01
Recurso Administrativo	01
Recurso de Embargos	251
Recurso de Reconsideração	31
Reforma	213
Representação do MPC	22
Retificação de Certidão	01
Revisão de Pensão	25
Revisão de Proventos	356
Sindicância Patrimonial	09
Tomada de Contas	06
Tomada de Contas Especial	51
Transferência para a Reserva	764
Uniformização de Jurisprudência	01
Total de Processos Tramitados	23.263

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo CIP 0099.

O Setor de Cálculo e de Certidões - SECALC, vinculado ao SEADE, é responsável, dentre outras atividades, pelo controle das Certidões de Decisão - Títulos Executivos extraídos em decorrência das decisões proferidas pelos órgãos julgadores do Tribunal, tendo apresentado, no trimestre, os seguintes resultados:

Descrição	Número
Extração de Certidões de Decisão - Títulos Executivos	174
Averbações	994
Atualização de valores de multa e/ou débito antes da emissão da Certidão de Decisão - Título Executivo (nº de solicitações)	70
Total	1.238

Fonte: Livro de Certidões Web (Sistemas Corporativos) e Abertura de Chamados (Portal).